



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL nº 641/26

Realizada a pesquisa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 – Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social e a tutela jurisdicional de seus interesses coletivos ou difusos, entre outras providências.
- Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
- Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 – Lei Orgânica da Saúde – Dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde e sobre a organização e funcionamento do Sistema Único de Saúde – SUS.
- Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 – Regulamenta a Lei nº 7.853/1989 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência.
- Lei Federal nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 – Dispõe sobre prioridade de atendimento às pessoas que especifica.
- Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 – Estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.
- Lei Federal nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.
- Lei Federal nº 10.436, de 24 de abril de 2002 – Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras.
- Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, com a denominação atual conferida pela Lei nº 14.423/2022.
- Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, relativas ao atendimento prioritário e à acessibilidade.
- Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 – Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, relativa à Libras.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 – Lei Berenice Piana – Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- Lei Federal nº 13.010, de 26 de junho de 2014 – Altera o ECA para estabelecer o direito de crianças e adolescentes serem educados e cuidados sem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante.
- Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.
- Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 – Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância – Dispõe sobre políticas públicas para a primeira infância e altera, entre outras normas, o ECA.
- Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017 – Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência.
- Lei Federal nº 13.652, de 13 de abril de 2018 – Institui o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo e, após alteração promovida pela Lei nº 15.365/2026, também o Dia Nacional do Orgulho Autista.
- Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
- Lei Federal nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020 – Altera a Lei nº 12.764/2012 e institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA.
- Lei Federal nº 14.737, de 27 de novembro de 2023 – Altera a Lei nº 8.080/1990 para ampliar o direito da mulher a acompanhante nos atendimentos realizados em serviços públicos e privados de saúde.
- Lei Federal nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024 – Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência em estabelecimentos educacionais ou similares e prevê medidas de prevenção e combate ao abuso e à exploração sexual.
- Lei Federal nº 15.211, de 17 de setembro de 2025 – Estatuto Digital da Criança e do Adolescente – Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.
- Lei Federal nº 15.365, de 30 de março de 2026 – Altera a Lei nº 13.652/2018 para instituir o Dia Nacional do Orgulho Autista.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Federal nº 15.378, de 6 de abril de 2026 – Estatuto dos Direitos do Paciente – Regula direitos e responsabilidades dos pacientes sob cuidados prestados por serviços e profissionais de saúde.
- Decreto Estadual nº 23.250, de 1º de março de 1985 – Estabelece prioridade de atendimento às pessoas com deficiência nos serviços públicos estaduais.
- Lei Estadual nº 8.074, de 21 de outubro de 1992 – Cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Lei Estadual nº 9.938, de 17 de abril de 1998 – Dispõe sobre os direitos da pessoa com deficiência no Estado de São Paulo.
- Lei Estadual nº 12.907, de 15 de abril de 2008 – Consolida a legislação relativa à pessoa com deficiência no Estado de São Paulo. **ATENÇÃO – INCONSTITUCIONALIDADE PARCIAL:** no julgamento da ADI nº 4.267, o Supremo Tribunal Federal declarou inconstitucionais determinadas expressões dos arts. 81 e 85, relacionadas à exigência de vinculação, reconhecimento ou filiação à Federação Internacional de Cães-Guia. A lei não foi integralmente declarada inconstitucional e permanece na listagem, ressalvados os trechos invalidados.
- Lei Estadual nº 16.789, de 5 de julho de 2018 – Dispõe sobre a criação do Observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência.
- Lei Estadual nº 17.638, de 17 de fevereiro de 2023 – Estabelece diretrizes para a instituição do Programa Órfãos do Feminicídio – Atenção e Proteção.
- Lei Orgânica do Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 11.123, de 22 de novembro de 1991 – Dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente.
- Lei Municipal nº 12.365, de 13 de junho de 1997 – Dispõe sobre atendimento preferencial a pessoas com deficiência física, pessoas idosas e gestantes nos postos de saúde e hospitais municipais.
- Lei Municipal nº 13.382, de 27 de junho de 2002 – Altera a redação do art. 1º da Lei nº 12.570/1998.
- Lei Municipal nº 13.671, de 26 de novembro de 2003 – Dispõe sobre a criação do Programa de Informações sobre Vítimas de Violência no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 14.247, de 8 de dezembro de 2006 – Dispõe sobre o Programa Municipal de Conscientização e Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes.
- Lei Municipal nº 15.114, de 14 de janeiro de 2010 – Dispõe sobre a criação do Observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 15.276, de 2 de setembro de 2010 – Estabelece diretrizes para a Política Municipal de Prevenção e Combate do Trabalho Infantil em suas Piores Formas.
- Lei Municipal nº 16.101, de 8 de janeiro de 2015 – Inclui no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo a Semana Municipal de Conscientização do Autismo.
- Lei Municipal nº 16.337, de 30 de dezembro de 2015 – Institui o Serviço de Atendimento Especial – Serviço Atende no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 16.380, de 1º de fevereiro de 2016 – Institui a Política Municipal de Proteção à Saúde Bucal da Pessoa com Deficiência.
- Lei Municipal nº 16.710, de 11 de outubro de 2017 – Dispõe sobre princípios e diretrizes para elaboração e implementação das políticas públicas pela primeira infância no Município de São Paulo e sobre o Plano Municipal pela Primeira Infância.
- Decreto Municipal nº 58.514, de 14 de novembro de 2018 – Aprova e institui o Plano Municipal pela Primeira Infância 2018-2030.
- Lei Municipal nº 17.334, de 25 de março de 2020 – Dispõe sobre a reestruturação e organização do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.
- Lei Municipal nº 17.502, de 3 de novembro de 2020 – Dispõe sobre política pública municipal para garantia, proteção e ampliação dos direitos das pessoas com Transtorno do Espectro Autista – TEA e de seus familiares.
- Lei Municipal nº 17.695, de 22 de outubro de 2021 – Acrescenta dispositivo à Lei nº 17.502/2020 para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – CIPTEA no Município de São Paulo.
- Lei Municipal nº 17.753, de 24 de janeiro de 2022 – Dispõe sobre a criação de complexo de referência e atendimento especializado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista e pessoas com Síndrome de Down.
- Lei Municipal nº 17.754, de 24 de janeiro de 2022 – Assegura a pessoas com deficiência auditiva ou surdas, gestantes ou vítimas de violência o direito a acompanhante ou atendente pessoal e determina medidas de acessibilidade à informação nos estabelecimentos de saúde.
- Lei Municipal nº 17.803, de 9 de maio de 2022 – Dispõe sobre a responsabilidade dos condomínios residenciais de comunicarem ocorrências de violência doméstica e familiar contra mulheres, crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência.
- Lei Municipal nº 17.827, de 7 de julho de 2022 – Dispõe sobre a estrutura, organização e funcionamento dos Conselhos Tutelares no Município de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- Lei Municipal nº 17.913, de 17 de fevereiro de 2023 – Entre suas disposições, estabelece no art. 60 prazo de validade indeterminado para laudos ou relatórios médicos circunstanciados que atestem deficiência permanente para acesso a programas, benefícios e serviços públicos municipais.
 - Lei Municipal nº 17.971, de 26 de junho de 2023 – Altera a Lei nº 14.485/2007 para inserir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o Mês Maio Laranja, destinado ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes.
- PL 632/2026 Institui o Programa Municipal de Atenção à Saúde no Ambiente Escolar – Saúde na Escola, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 622/2026 Institui o Programa Municipal Rede Acolher TEA, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), mediante parcerias entre Centros para Crianças e Adolescentes (CCA), serviços de educação infantil com atendimento em período noturno, públicos ou conveniados, e entidades especializadas, e dá outras providências.
- PL 516/2026 Institui a Política Municipal de Conscientização, Prevenção e Mitigação dos Efeitos do Estresse Térmico e das Ondas de Calor nas salas de aula e nos ambientes de ensino da Rede Municipal de Educação de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 512/2026 Dispõe sobre a obrigatoriedade de condomínios residenciais, comerciais e mistos situados no Município de São Paulo comunicarem aos Conselhos Tutelares, aos órgãos municipais de proteção à criança e ao adolescente e às autoridades competentes a ocorrência de casos envolvendo uso, porte ou consumo de bebidas alcoólicas, produtos fumígenos, tabaco, cigarros eletrônicos e/ou substâncias entorpecentes por crianças e adolescentes em áreas comuns, e dá outras providências.
- PL 504/2026 Institui o Programa Municipal “Brincando na Praça” no âmbito do Município de São Paulo e dá outras providências.
- PL 414/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir prioridade no atendimento psicológico na rede pública municipal às crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual, e dá outras providências.
- PL 355/2026 Dispõe sobre a implementação de políticas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero nas escolas da rede pública municipal de São Paulo e dá outras providências.
- PL 344/2026 Institui e inclui no Calendário Oficial de Eventos do Município de São Paulo o mês "Abril Prata – Mês de Conscientização e Prevenção a Violência e a Ataques no Ambiente Escolar", dedicado à inteligência preventiva, à conscientização



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

cibernética e à blindagem contra a violência e os ataques em ambiente escolar, e dá outras providências.

- PL 329/2026 Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Municipal de Creches Especializadas para Atendimento à Pessoa Neuro divergente no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 324/2026 Autoriza a organização de visitas às Instituições de Acolhimento de Crianças e Adolescentes.

- PL 323/2026 Dispõe sobre a obrigatoriedade de formação continuada para profissionais do transporte escolar particular e gratuito no município de São Paulo, com foco na prevenção do esquecimento de crianças em veículos e dá outras providências.

- PL 318/2026 Institui diretrizes para a Política Municipal de Prevenção de Acidentes Domésticos na Primeira Infância e na Infância, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 307/2026 Institui o Programa Municipal de Rastreamento da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista — “Programa Me Encontre” — no Município de São Paulo.

- PL 294/2026 Dispõe sobre a garantia de acompanhamento e monitoramento, presencial ou por meios indiretos, por pais ou responsáveis, em consultas e terapias multidisciplinares a crianças e adolescentes, bem como a adultos com deficiência ou síndromes, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- PL 292/2026 Cria o Programa Municipal de Atendimento Juvenil aos Egressos de SAICA, e dá outras providências.

- PL 272/2026 Institui, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa “Crescer com Respeito”, destinado à promoção da convivência saudável, do respeito mútuo, da igualdade e da prevenção da violência entre crianças e adolescentes, e dá outras providências.

- PL 255/2026 Cria a Política Municipal de Erradicação do Trabalho Infantil e Enfrentamento à Exploração de Crianças e Adolescentes em Situação de Mendicância em Logradouros Públicos do Município de São Paulo.

- PL 224/2026 Institui o Programa Municipal de Proteção Digital de Crianças e Adolescentes e dá outras providências.

- PL 223/2026 Altera a Lei 17.851, de 27 de outubro de 2022, para ampliar os benefícios para os “Filhos do Feminicídio” e dá outras providências.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

- PL 218/2026 Institui o Estatuto da Mulher Paulistana, regula direitos, estabelece medidas de assistência, proteção, promoção da autonomia e organização da rede de proteção das mulheres no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 179/2026 Institui diretrizes para o Programa Municipal de Apoio e Proteção Integral aos órfãos de Feminicídio no Município de São Paulo e dá outras providências.
- PL 173/2026 Dispõe sobre o Programa Educacional de Prevenção e Enfrentamento à Misoginia Digital nas Escolas, com objetivo de combater deepfakes sexuais e a violência baseada em gênero praticada nos meios digitais contra meninas em contexto escolar.
- PL 109/2026 Institui o Programa Municipal Permanente de Orientação e Recomendação para a Prevenção e o Combate ao Desaparecimento de Crianças e Adolescentes no município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 72/2026 Dispõe sobre a garantia do Transporte Escolar Gratuito (TEG) para crianças e estudantes em situação de transferência por deslocamento de endereço, até a efetiva disponibilização de vaga em unidade escolar próxima à residência.
- PL 31/2026 Regulamenta, no âmbito do Município de São Paulo, o disposto no art. 59-A do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, incluído pela Lei Federal nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024, e estabelece procedimentos institucionais relativos à exigência de Certidão de Antecedentes Criminais.
- PL 1558/2025 Cria o Programa Municipal de Prevenção ao Abuso de Drogas nas Escolas, denominado Programa Juventude Livre, no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 1547/2025 Dispõe sobre a proibição da nomeação para cargos comissionados ou contratação por tempo determinado de pessoa condenada por crime sexual contra crianças, adolescentes e outros vulneráveis no município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 1443/2025 Institui a Política Municipal de Prevenção à Violência na Primeira Infância e dá outras providências.
- PL 1377/2025 Torna obrigatória a instalação de brinquedotecas nos órgãos e equipamentos públicos que realizam atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica no Município de São Paulo, e dá outras providências.
- PL 1354/2025 Altera a Lei Municipal nº 11.123 de 22 de novembro de 1991, que dispõe sobre a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, incluindo a previsão de assistência integral e multiprofissional às crianças e adolescentes dependentes químicos e/ou com problemas decorrentes do uso de drogas.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

- PL 1302/2025 Reconhece, no âmbito do Município de São Paulo, o Programa “Cuidar para Crescer - Rede de Apoio Emocional à Criança e ao Adolescente”, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 24 de agosto de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068